

James Shoiti
Miyamoto

t

ERRITORIALIDADE E ECÓTONOS URBANOS: LIMITES EM TENSIONAMENTO

pós- | I

RESUMO

A originalidade deste trabalho consiste na busca pela compreensão das inquietudes das relações urbanas que caracterizam os “ecótonos urbanos”, a partir de revisão bibliográfica da expressão territorial que marca e distingue os ecossistemas. A expressão “ecótono” é discutida e recontextualizada sob o prisma urbano, por meio de um enfoque transdisciplinar. Na sequência, são apresentadas situações particulares, associadas a proposições de classificações atinentes ao termo, no âmbito das cidades. O mesmo radical grego “oîkos” (eco), presente em “ecologia” e que denota o ambiente íntimo - a casa -, surge em ecótono, acrescido do grego *tonos* (ou do latim *tonus*), que indica tensionamento. Assim, ecótono, originariamente uma expressão coloquialmente encontrada na biologia, referencia-se às zonas de transição entre biocenoses. É a região onde biomas fronteiriços, com estruturas e características diferentes, encontram-se e tensionam-se. Em ambiente urbano, a definição merece uma aproximação mais específica que convida à reflexão da presença marcantemente antrópica. Implica em reconhecer convivências que, muitas vezes, levam a rugas e embates sociais de cunho político, cultural, afetivo, econômico etc. A multidisciplinaridade e a transdisciplinaridade associadas ao tema demandam certo trânsito entre as ciências naturais e as ciências sociais, em suas diversas manifestações e aproximações.

PALAVRAS-CHAVE

Ecótono. Territorialização. Desterritorialização. Reterritorialização. Tensionamento.



[HTTP://DX.DOI.ORG/10.11606/ISSN.2317-2762.POSFAU.2020.165420](http://dx.doi.org/10.11606/ISSN.2317-2762.POSFAU.2020.165420)

Pós, Rev. Programa Pós-Grad. Arquit. Urban. FAUUSP. São Paulo, v. 27, n. 51, e165420, 2020.

TERRITORIALITY AND URBAN ECOTONES: LIMITS UNDER TENSION

ABSTRACT

The originality of this work consists in the search for an understanding of the concerns of urban relations that characterize the “urban ecotones”, based on a bibliographic review of the territorial expression that marks and distinguishes ecosystems. The expression “ecotone” is discussed and recontextualized from an urban perspective, through a transdisciplinary approach. In the sequence, particular situations are presented, associated with propositions of classifications related to the term, within the scope of cities. The same Greek prefix *oîkos* (eco) present in “ecology”, meaning intimate environment, - the home -, arises in ecotone, added by the Greek suffix *tonos* (or Latin *tonus*), indicating tensioning. Therefore ecotone, originally a colloquial expression found in biology, refers to the transition zones between biocenoses. It is the region where neighboring biomes, with different structures and characteristics, converge and interact. In an urban environment, the definition deserves a more specific approach, which stimulates a reflection on the notably anthropic presence. That implies recognizing a coexistence that often leads to social raids and clashes of political, cultural, affective and economic nature. The multidisciplinary and transdisciplinary associated with the topic requires, to a certain extent, some transit between the natural sciences and the social sciences, in their different manifestations and approaches.

KEYWORDS

Ecotone. Territorialization. De-territorialization. Re-territorialization. Tensioning.

INTRODUÇÃO

A cidade, expressão “prático-sensível” (LEFEBVRE, 2006) do urbanismo, em sua essência territorial e antrópica, é o lugar das socializações, convergentes ou antagônicas, que marcam o caráter plural dos interesses de cada segmento no campo social, político, econômico, cultural etc.:

A [cidade] se situa num meio termo, a meio caminho entre aquilo que se chama de ordem próxima (relações dos indivíduos em grupos mais ou menos amplos, mais ou menos organizados e estruturados, relações desses grupos entre eles) e a ordem distante, a ordem da sociedade, regida por grandes e poderosas instituições (Igreja, Estado), por um código jurídico formalizado ou não, por uma “cultura” e por conjuntos significantes (LEFEBVRE, 2006, p.46).

É na cidade, campo precípuo das afirmações, fragilidades, identidades, conexões, conflitos e ritos, que se delineiam mais fortemente as singularidades socioculturais. As interações multidimensionais nas cidades reafirmam-se como expressões de poder e conformam-se, ao longo do tempo, como unidades territoriais. O objetivo deste trabalho é lidar com essa questão territorial e, conseqüentemente, com os possíveis conflitos limiares entre “ecossistemas” que se apresentam sob diferentes formas.

Originalmente, no universo da biologia, a interface ou membrana que une (ou aparta) os ecossistemas ou biomas é chamada de ecótono. Trata-se de uma zona de estresse. No campo do urbanismo, ecótono urbano caracteriza-se pelas tensões emergentes, geralmente de vertente antrópica, em função de conotações sociais, econômicas e culturais: “um limite não é onde algo termina, mas, como os gregos reconheceram, é a partir de onde algo dá início à sua essência (presença)” (HEIDEGGER, 1971).

A relevância desta pesquisa é baseada, principalmente, na forma original de trazer a expressão “ecótono urbano” para situações reais e diversas, com base na transposição de um termo oriundo das ciências naturais e sua aplicação ao espaço cultural (das cidades). Como procedimento metodológico, será realizada uma revisão bibliográfica, com o objetivo de definir o conceito de território. Subseqüentemente, será definido o termo “ecótono urbano”, que surge a partir de fricções entre territórios contíguos, no âmbito plural do meio urbano. Por fim, serão propostas classificações, em função dos tipos identificados como recorrentes, e exemplificadas situações representativas (típicas): I) Ecótonos por ações antrópicas com conseqüências em ambientes naturais; II) Ecótonos por zoneamento com conseqüências na segregação urbana; III) Ecótonos por bruscas transformações urbanas com conseqüências socioeconômicas; IV) Ecótonos por desterritorializações com conseqüências nas reterritorializações. Atualmente, as situações de tensionamento se exacerbaram em diferentes meios urbanos, como expressões de ecótonos urbanos.

A recente pandemia COVID-19 evidenciou inequidades sociais e econômicas, no Brasil e no mundo. Embora o fato seja subjacente aos propósitos deste

trabalho, será realizada breve contextualização nas considerações finais de forma a reforçar justificativas, no contexto da vulnerabilização de certos segmentos sociais. Como observado por Guattari, em contexto semelhante, há 30 anos: “Chernobyl e a Aids nos revelaram brutalmente os limites dos poderes técnico-científicos da humanidade e as “marchas-à-ré” que a “natureza” nos pode reservar” (GUATTARI, 1990, p.24).

TERRITÓRIO EM DEBATE

Lewis Mumford (2008 [1982], p.3) lançou bases importantes para a compreensão da essência das cidades. Destacou que os elementos físicos, em forma de vestígios ou pistas, seriam os aspectos mais superficiais de evidências sobre as antigas formas de vida e convívio social, pois são pouco eficientes para esclarecer passagens culturais, como rituais ou linguagens, assim como processos de socialização e, por conseguinte, de territorialização:

(...) devemos seguir a trilha para trás, partindo das mais completas estruturas e funções urbanas conhecidas, para os seus componentes originários, por mais remotos que se apresentem no tempo, no espaço e na cultura, em relação aos primeiros tells que já foram abertos. Antes da cidade, houve a pequena povoação, o santuário e a aldeia; antes da aldeia, o acampamento, o esconderijo, a caverna, o montão de pedras; e antes de tudo isso houve certa predisposição para a vida social que o homem compartilha, evidentemente, com diversas outras espécies animais.

Frederick Clements (1874-1945), no início do século XX, no contexto das ciências naturais, desenvolveu a ideia de bioma: “A extensão e o caráter do bioma são exemplificados na grande paisagem de tipos de vegetação, com seus correspondentes animais, como pastagens e estepes, tundras, desertos, florestas de coníferas, florestas decíduas ou semelhantes” (CLEMENTS, 1939, p.20). Clements definiu, precocemente, ecologia como “predominantemente, a ciência das comunidades populacionais” e observava sua essência dinâmica. O interesse por biomas trouxe, naturalmente, a curiosidade científica por “fronteiras e bordas” (KARK, 2013, p.149), em suas abrangências e diversidades biológicas.

No universo urbano, deve-se distinguir com clareza os fundamentos que definem o conceito de território. Segundo Milton Santos (2011, p.11), “O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência”. Na escala da cidade, o território refere-se a uma porção geográfica sob ação, domínio, influência ou jurisdição de determinada comunidade. Nele, consubstanciam-se componentes modelados histórica e socialmente, por fatores convergentes e divergentes, de ordem cultural, política, econômica que resultam em certa unidade (mesmo que instável). São domínios, em lógicas e codificações próprias e dinâmicas, que assumem autonomias, permanências, centralidades e articulações. A partir do resgate da obra de Souza (2008, p.65), vale reforçar a distinção entre território e a respectiva parcela locacional (material) na qual o conceito se efetiva:

Ora, se as fronteiras e os limites podem ser “invisíveis (conquanto possamos tomar como referência marcos materiais instalados ad hoc,

assim como rios e outras feições visíveis na paisagem), uma fronteira bem pode ser uma linha reta arbitrariamente traçada sobre um mapa em gabinete então, intelectualmente, é preciso admitir que o território e o substrato material que lhe serve de suporte e referência, e inclusive de fator de condicionamento, por mais que não possam ser separados concretamente de modo simples (como se pudesse existir território sem um substrato), não são, só por isso, sinônimos.

Raffestin desenvolveu referências à territorialidade, “definida como a reunião de relações que uma sociedade mantém com a exterioridade e a alteridade para a satisfação de suas necessidades, com objetivo de obter a máxima autonomia compatível com os recursos do sistema” (RAFFESTIN, 2012, p.124) ou ainda “o conceito de território e territorialidade pertencem não apenas às ciências jurídicas, mas também à etologia animal, que precede a etologia humana” (Ibid.). Gregotti (1975, p.68), em “Território da Arquitetura”, atestou que a “cidade representa o esforço mais notável, por parte da civilização humana, de uma transformação completa do ambiente natural, a passagem mais radical do estado de natureza ao estado de cultura”. Em sua preocupação em destacar o arquiteto (e o urbanista) como formalizador de “objetivos figurativos na atuação espacial”, no imbricamento entre as definições de “localização” e “formalização”, afirmou:

Naturalmente, somos cômicos de que a realidade territorial é formada por uma série de estratos bastante complexos e interagentes que se constituem em modelos espaciais diferenciados (geográficos, administrativos, demográficos, econômicos etc.), como realidades físicas que devem ser organizadas entre si com um objetivo comum que se concretizará numa nova “forma do território (GREGOTTI, 1975, p.87).

Saquet (2007, p.31) compilou diversas atualidades sobre o conceito. Partiu da compreensão básica de que o território é o “substrato/palco para efetivação da vida humana”. Reconheceu-o como um “lugar e meio de produção social, organizado e gerido por sujeitos sociais, políticos e/ou econômicos” (SAQUET, 2007, p.71) e sintetizou: “O território, como conceito, tem componentes materiais e psicológicos, ligados à vida social de grupos separados e interdependentes que organizam o espaço e estão em movimento, superando os limites e as fronteiras” (SAQUET, 2007, p.69). Logo, a dinâmica socioespacial, com suas especificidades, ganhou importância como processo, em um momento de emergência da consciência ecológica. Apoiado em Giuseppe Dematteis, Saquet (2007, p.74) apresentou a importância cultural e ambiental (do território):

Dematteis (...) afirma que, entre o final dos anos 1970 e o início dos 1980, altera-se o modo de ver o território, ou seja, permanece a atenção às políticas públicas e às intervenções, mas aumenta a atenção às diferenças e às especificidades dos lugares. Há um intenso trabalho teórico-metodológico e empírico-reflexivo para compreensão de desigualdades presentes no território, principalmente, a partir das relações capital-trabalho, do uso do espaço e do movimento, traduzidos na processualidade histórica e transescalar (redes de circulação e comunicação). A problemática territorial do desenvolvimento, lentamente, ganha centralidade. No entanto, as preocupações e atenções com as condições ambientais, por exemplo, ganham força no decorrer dos anos 1980 e, sobretudo, a partir dos anos 1990.

Souza trouxe também esclarecimentos acerca de sua própria produção acadêmica como forma de revisar equivocadas interpretações realizadas por outros, que descaracterizaram seu raciocínio. Ressaltou, por exemplo, que:

(...) o que “define” território é, em primeiríssimo lugar, o poder (...). Isso não quer dizer, porém, que a cultura (o simbolismo, as teias de significados, as identidades...) e mesmo a economia (o trabalho, os processos de produção e circulação de bens) não sejam relevantes ou não estejam “contemplados” ao se lidar com o conceito de território” (SOUZA, 2008, p.59).

No âmbito da cidade, Souza (2008, p.61) distinguiu “lugares” e “territórios”:

Uma região ou um bairro são, enquanto tais, espaços definidos, basicamente, por identidades e intersubjetividades compartilhadas; são, portanto, “lugares”, espaços vividos e percebidos. Mas uma região e um bairro também podem ser nitidamente ou intensamente territórios, em função de regionalismos e bairrismos, ou mesmo porque foram “reconhecidos” pelo aparelho de Estado como unidades espaciais formais a serviço de sua administração ou de seu planejamento, ou ainda porque movimentos sociais ali passaram a exercer, fortemente, um contrapoder insurgente.

No trabalho de Souza (2008, p.64), se por um lado a cidade, em sua comunicação semiológica, manifesta suas configurações formais sintetizadas pela expressão paisagística, por outro, “como projeção espacial de relações de poder, o território não pode ser jamais compreendido e investigado (sua origem e as causas de suas transformações) sem que o aspecto material do espaço social seja devidamente considerado”. Deve ser entendido, inclusive, que, nas cidades, o território “como fonte de recursos” não está necessariamente referenciado “à apropriação da natureza” no sentido humanístico, cultural ou simbólico, mas, em geral, na questão material mais visceral, a da especulação financeira (imobiliária).

QUANDO TERRITÓRIOS RESULTAM EM ECÓTONOS

Até aqui, buscou-se ancorar a pesquisa nas diversas acepções associadas ao território. Agora, aprofunda-se o debate em relação às insurgências associadas aos territórios que sugerem choques e polarizações, em âmbito urbano. Esta estratégia metodológica deverá facilitar a compreensão do significado de ecótono urbano (Figura 1), seus processos e componentes.

Odum (1913-2002) possuía especial interesse por ecótonos, em função da riqueza biológica, definidos como áreas de transição entre sistemas ecológicos adjacentes (ODUM; BARRETT, [1959] 2007), visíveis pela mudança brusca dos padrões e das estruturas das comunidades, no que tange aos aspectos biofísicos/climáticos ou antropogênicos (MARFO et al., 2019). Os ecótonos são reconhecidos como “áreas de transição que podem servir como centros de especiação” (KARK, 2013, p.149), com alta diversidade genética e morfológica, seja em sistemas aquáticos (estuários, baías, por exemplo) ou terrestres (florestas, bosques etc). Podem implicar em escalas muito diferentes, como no caso de biomas confrontantes com dimensões continentais ou pequenas transições entre *habitats*, e podem variar desde bordas naturais



Figura 1 – Ecótono urbano no Rio de Janeiro, em Botafogo
Fonte: Autor.

(transições de latitude, altitude etc.) até interfaces de origem humana (desmatamento, ocupações urbanas etc.) (LOURENÇO, 2019).

São apresentadas, a seguir, as argumentações teóricas que embasarão a proposta de classificação dos ecótonos. Evidentemente, a aproximação de cada caso particular auxiliará fortemente o entendimento dos diferentes tipos (de ecótonos).

Como será visto em **“Ecótonos por ações antrópicas com consequências em ambientes naturais”**, as intervenções humanas têm tido forte sentido predatório e inconsequente diante dos ambientes naturais. O entendimento do significado dos termos “bioma” e “ecologia”, introduzidos por Clements (1939, p.20), no início do século XX, é importante para se compreender como “comunidades populacionais” invadem (ou são invadidas), a partir de “fronteiras e bordas”. Diferentes biomas têm sofrido degradações frequentes em função da industrialização e da urbanização sem planejamento. A expansão territorial avança sem precedentes. A perda da biodiversidade, poluição de rios e mares, desmatamento de florestas etc. são as faces mais conhecidas dessas investidas. Em certo sentido, a pandemia COVID-19 que assola o planeta também representa o avanço prático e simbólico do ser humano sobre florestas outrora intocadas. Acredita-se que existem poucas regiões do planeta que não tenham sofrido consequência das atividades antrópicas.

No contexto das cidades, a classificação **“Ecótonos por zoneamento com consequências na segregação urbana”** revela que as segregações são evidências dos graves desequilíbrios socioeconômicos e do desinteresse do poder público em enfrentar a questão. Aglomerados pobres e ricos convivem em tensionamento em seus limites, com serviços e infraestrutura desiguais. Desta maneira, configuram-se ecótonos urbanos, em essência. Mesmo quando há planejamento, a organização territorial reafirma o interesse pelo distanciamento social. Seja por meio dos instrumentos urbanísticos como o zoneamento, por

exemplo, ou da criação de condomínios “devidamente” distanciados do mundo exterior, por muros, cercas e câmeras. São estruturas de poder que tendem a se perpetuar. Como visto, Milton Santos (2011, p.11) traz a ótica de que, na cidade, o território refere-se a uma porção sob domínio de determinada comunidade. Resgata ainda Souza (2008, p.65), que revela que “território e o substrato material que lhe serve de suporte e referência” não podem ser separados concretamente de forma trivial.

Em outra abordagem específica em **“Ecótonos por bruscas transformações urbanas com consequência socioeconômicas”**, pode-se concluir que o território “como fonte de recursos”, como visto anteriormente, está referenciado à questão material mais visceral, a da especulação financeira (imobiliária). Souza (2008, p.59) destaca que o que define o território é o poder, mas isso não significa que a cultura e a economia não sejam relevantes. Muitas vezes, o problema surge quando a economia se traveste de cultura. Embora, por exemplo, a ideia de *city marketing*, no âmbito da competição entre cidades, não seja exatamente algo novo - haja vista as exposições e feiras mundiais que, há quase dois séculos, propagandeiam proezas técnicas e modernidades (nem sempre reais) associadas a países, corporações etc.-, as proporções e alcances de suas iniciativas são superlativas e onipresentes. Neste sentido, há severas críticas em relação a determinadas “centralidades urbanas”, supostamente associadas às requalificações urbanas, com verniz cultural ou histórico. Na visão de alguns, trata-se apenas do acirramento de “táticas difusas e descontínuas que radicalizam desigualdades socioeconômicas e revelam, em seu percurso de afirmação, o seu propósito nada oculto de promover o mercado global de estilos de vida, serviços e imagens” (BARBOSA, 2011, p.127). Assim, essas centralidades artificiais são territórios da “exibição” e do “consumo”, a serem desfrutados por segmentos elitizados da sociedade, em cidades definidas como “hipermercados de símbolos do fetichismo das mercadorias” (BARBOSA, 2011, p.128), em descompasso com as necessidades urgentes e reais de camadas sociais em situação de precariedade. Trechos urbanos com ambiências históricas marcantes, zonas portuárias em processo de requalificação como *“waterfront”*, cidades que abrigam eventos esportivos de grande porte etc. são exemplos característicos associados ao *city marketing*. Nestes casos, os conflitos territoriais que justificam a expressão “ecótono” advêm de interesse privado que, sob o argumento da revitalização ou renovação urbana, chegam a realizar ações violentas (remoções, descaracterizações de ecossistemas naturais, destruições do patrimônio cultural etc.) que beneficiam apenas extratos mais abastados (empresariais e/ou sociais).

Talvez uma visão ainda mais particular no que tange ao tema “território”, que também se manifesta em ecótonos urbanos, possa estar associada justamente àqueles que se encontram desterritorializados: os refugiados. A perda do sentido de cidadania e de identidade social - muitas vezes, pela omissão, inépcia ou opressão do próprio Estado - pode ser gravíssima, pois implica a perda do tema do “direito a ter direitos” (ARENDT).

Contemporaneamente, os refugiados são uma expressão forte do binômio desterritorialização/reterritorialização representados pela classificação **“Ecótonos por desterritorializações com consequências nas reterritorializações”**. As Nações

Unidas (UNHCR, 2019) estimam que, ao longo do ano de 2018, diariamente, 37 mil pessoas foram obrigadas a deixar suas áreas nativas. Estes dados representam um número oficial de 13,8 milhões de pessoas somente naquele ano (2018).

Historicamente, registros de povos refugiados existem há mais de 2.500 anos. Porém, o termo “gueto” é utilizado desde o século XVI e esteve associado a assentamentos judeus existentes na Itália, divorciados da sociedade hegemonicamente cristã. De forma geral, a expressão remete-se a espaços segregados, a confinamentos e a populações marginalizadas. Por outro lado, cabe sublinhar que a expressão “diáspora” refere-se ao deslocamento de determinado povo, a partir de uma centralidade original (e tradicional), de forma espontânea, incentivada ou coercitiva, em direção a novos lugares. A compreensão desses dois vocábulos, um que representa isolamento (“gueto”) e outro que denota dispersão (“diáspora”), ajuda a entender como se formam certas clausuras étnicas ou culturais. Esses enclaves são expressões históricas das migrações humanas na busca por proteção por meio de afirmações coletivas (guetos, colônias, bairros étnicos etc). Como visto, “uma região ou um bairro (...) são espaços definidos por identidades e intersubjetividades compartilhadas”. A perda destas capacidades leva à busca desesperada por novos lugares: “espaços [a serem] vividos e percebidos”. As migrações dos refugiados passam a representar um “contrapoder insurgente” de esperança, mesmo que inicialmente frágil e claudicante (SOUZA, 2008, p.61). Porém, uma “predisposição para a vida social que o homem compartilha” (MUMFORD, 2008 [1982], p.3) ou inerente à etologia humana (RAFFESTIN, 2012, p.124).

Afinal, quais manifestações não óbvias são identificadas na cidade que ilustram os confrontos territoriais e resultam no surgimento dos ecótonos urbanos?

O objetivo mais significativo deste trabalho é definir a expressão e propor classificações típicas de “ecótonos urbanos” associados/referentes a situações exemplares e ilustrativas, ou seja, como a teoria manifesta-se na prática. As fricções, que têm como ponto de partida a contiguidade de territórios ou ecossistemas, como analisado, têm características, extensões e complexidades diferentes em cada situação. Por se tratarem de ecossistemas urbanos, portanto, abertos, instáveis e dinâmicos, haverá sempre a possibilidade de genuínas formas de ecótonos.

Antes de serem apresentadas as propostas de classificações, adianta-se um pensamento de caráter praticamente conclusivo, por meio da reflexão de Félix Guattari:

Não haverá verdadeira resposta à crise ecológica a não ser em escala planetária e com a condição de que se opere uma autêntica revolução política, social e cultural reorientando os objetivos da produção de bens materiais e imateriais. Essa revolução deverá concernir, portanto, não só às relações de forças visíveis em grande escala mas também aos domínios moleculares de sensibilidade, de inteligência e de desejo. Uma finalidade do trabalho social regulada de maneira unívoca por uma economia de lucro e por relações de poder só pode, no momento, levar a dramáticos impasses (...) (GUATTARI, 1990, p. 9).

pós- | 6

I. ECÓTONOS POR AÇÕES ANTRÓPICAS COM CONSEQUÊNCIAS EM AMBIENTES NATURAIS

Em 2000, Eugene Stoermer e Paul Crutzen cunharam o termo Antropoceno para definir o período ou a era geológica atualmente vivida. A expressão procura sintetizar e simbolizar as transformações realizadas pelo ser humano no planeta. O rápido crescimento populacional, além de novos materiais, equipamentos, tecnologias, procedimentos, comportamentos etc. alteraram ciclos biogeoquímicos, lançaram gases de efeito estufa de forma vertiginosa, contaminaram efluentes e produziram resíduos, em escala jamais presenciada. Apesar das áreas reconhecidas como urbanizadas do mundo comporem níveis da ordem de 3% (CIESIN, 2005), algumas consequências expõem a distinção entre “ecologia da cidade” e “ecologia na cidade”. A justaposição de ecossistemas de características antrópicas e naturais produz antagonismos, normalmente com maior dano (por serem irreversíveis) para as franjas dos ambientes naturais: matas, rios, mares etc. Porém, entre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos pelas Nações Unidas, em 2015, há considerações às condições ambientais do planeta, cada vez mais ameaçadas:

A mudança climática é um dos maiores desafios do nosso tempo e seus efeitos negativos minam a capacidade de todos os países de alcançar o desenvolvimento sustentável. Os aumentos na temperatura global, o aumento do nível do mar, a acidificação dos oceanos e outros impactos das mudanças climáticas estão afetando seriamente as zonas costeiras e os países costeiros de baixa altitude, incluindo muitos países menos desenvolvidos e os pequenos Estados insulares em desenvolvimento. A sobrevivência de muitas sociedades, bem como dos sistemas biológicos do planeta, está em risco (NAÇÕES UNIDAS, 2015).

Como agravante, de acordo com o mais recente relatório da respeitada entidade *Intergovernmental Panel on Climate Change (2019)*, o aquecimento global, ao chegar a 1,5°C acima da temperatura média do período pré-industrial, poderá acarretar problemas graves e extensos. Caso esse fenômeno ocorra (possivelmente, ainda nesta metade do século), significará que os gases de efeito estufa terão se elevado a níveis e a concentrações demasiadamente altos, com extremos de impactos climáticos. Regiões costeiras deverão ser alagadas, com ameaças abruptas às cidades, plantações e ecossistemas naturais. Deve ser sublinhado que treze das vinte cidades mais populosas do mundo estão situadas em regiões costeiras (HANSON, 2009).

Como exemplo específico de ação antrópica em ambientes naturais, presta-se referência à Mata Atlântica. Um bioma composto de diversas florestas, espécies e relevos que se estende por 17 estados e que compreende 7 das 9 maiores bacias hidrográficas do Brasil. Embora o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e a Fundação SOS Mata Atlântica (2020) tenham relatado, no período 2018-2019, queda recente no desmatamento, a Mata Atlântica tem preservada apenas 12,4% da sua área original. Suas principais ameaças são a exploração predatória dos recursos naturais, práticas não sustentáveis de agropecuária, industrialização e urbanização sem planejamento e consumo excessivo, lixo e poluição (FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA, 2018). Todos estes fatos possuem relação direta com impactos em ecossistemas naturais e, em caráter sistêmico, perda da biodiversidade, aumento da temperatura global

e local, degradação de mananciais hídricos, exposição a doenças, principalmente, das camadas sociais mais desassistidas, dentre outras consequências.

II. ECÓTONOS POR ZONEAMENTO COM CONSEQUÊNCIAS NA SEGREGAÇÃO URBANA

As formas planejadas mais rigorosas de zoneamento urbano baseiam-se nos preceitos funcionalistas defendidos pela Carta de Atenas. Esse manifesto, redigido inicialmente por Le Corbusier e aprovado no IV^o CIAM, em 1933, determinava a separação da moradia, trabalho, lazer e circulação. A importância do zoneamento foi marcante no século XX e ainda se faz fortemente presente nos dias atuais, com instrumentos estratégicos de segregações de usos, mas, sobretudo, de segregações sociais: “O *masterplan* foi o enfoque “criativo” e progressista da cidade, assim como o zoneamento foi o instrumento primário de sua implementação” (GARLAND; MASSOUMI; RUBLE, 2007, p.214).

Outrossim, Meyer (1979, p.160) observou especificamente em relação a Brasília, inaugurada em 1960 e concebida sob os mais estritos preceitos do urbanismo Moderno, que “a organização espacial da cidade, baseada na setorização, criou uma oposição entre os espaços do poder político e espaço público”. A segregação de atividades prejudicou a diversidade e a vitalidade urbana e acabou por acirrar distanciamentos sociais. Meyer complementa seu raciocínio, em referência ao Plano Diretor de Brasília: “O solo urbano-mercadoria (...) está fora do alcance da população de baixa renda, ou melhor, de renda insuficiente para consumir tal “mercadoria”. Para morar é necessário então sair, o que é um contraste entre o que está no interior e no exterior do Plano-Piloto” (MEYER, 1979, p.161).

No Plano Piloto (PP) concentram-se os extratos sociais mais elevados e o poder institucional. Nas “cidades-satélites”, foram alocadas as populações mais pobres. As consequências das restrições advindas da setorização urbana são tácitas, mas contundentes. São universos apartados pela setorização, neste caso, socioeconômica.

A cidade do Rio de Janeiro igualmente reproduz, há cerca de cinco décadas, esse modelo. Em 1969, foi implantado o Plano Diretor da Barra da Tijuca, elaborado pelo urbanista Lucio Costa, mesmo autor do PP de Brasília. Atividades privadas foram/são previstas, ampliadas e incentivadas no interior dos conjuntos de equipamentos residenciais, corporativos, comerciais etc. Houve/há um grande distanciamento material, e, mais ainda, simbólico do uso público. Os muros, cercas e equipamentos de segurança tornaram-se a clara fronteira que aparta os universos da cidade e dos condomínios residenciais, corporativos, comerciais (*shopping centers*) etc.

Caldeira identificou na cidade de São Paulo – de forma igualmente visível em muitas cidades brasileiras, – que segregações ou enclausuramentos são promovidos por meio de unidades equipadas com câmeras, cercas e muros que distanciam grupos sociais: “diferentes classes sociais vivem mais próximas umas das outras em algumas áreas, mas são mantidas separadas por barreiras físicas

e sistemas de identificação e controle” (CALDEIRA, 2003, p.255). Há uma “nova” forma de morar que se estende ao trabalhar, comprar, circular e se divertir:

Os condomínios fechados são a versão residencial de uma categoria mais ampla de novos empreendimentos urbanos que chamo de enclaves fortificados. Eles estão mudando consideravelmente a maneira como as pessoas das classes média e alta vivem, consomem, trabalham e gastam seu tempo de lazer. Eles estão mudando o panorama da cidade, seu padrão de segregação espacial e o caráter do espaço público e das interações públicas entre as classes. Os enclaves fortificados incluem conjuntos de escritórios, shopping centers, e cada vez mais outros espaços que têm sido adaptados para se conformarem a esse modelo, como escolas, hospitais, centros de lazer e parques temáticos (CALDEIRA, 2003, p.258).

Alexander, na revista *Architectural Forum*, em 1965, no artigo “Uma cidade não é uma árvore”, questionou o racionalismo modernista relativo às cidades planejadas, nas quais se encontram estruturas abstratas, contrapostas às formas mais “naturais” – construídas gradativamente pelas muitas camadas interdisciplinares, multitemporais e multiautorais. Bettencourt (2016, p.53), em referência ao urbanismo modernista, em publicação em homenagem aos 50 anos desse texto de Alexander, comentou com ironia:

Eu me lembro em pensar sobre os argumentos de Alexander em recente visita à Brasília. Eu estava no “setor dos hotéis” e tinha um compromisso no “setor dos bancos”. Fui informado que farmácias eram encontradas apenas no “setor de farmácias” do outro lado da cidade, que por sua vez era distante do “setor de restaurantes”. Apesar disso, Brasília desde sua concepção “como uma árvore” mudou muito. É mais “misturada”, pelo menos em termos de pequenos negócios e serviços e isso é um fato positivo: está sendo adaptada para ser uma cidade real e se tornar menos parecida com uma árvore. Eu fiquei feliz em me deparar com um novo centro comercial próximo ao meu hotel, com estilo Americano, que (com seu jeito artificial próprio) continha grande parte das funções básicas sob o mesmo teto.

Há também situações em que a materialização das situações de pobreza urbana (WRATTEN, 1995), assim como culturais, se dão por segregações como guetos, favelas etc. ou, ainda, pela periferização dos assentamentos das camadas mais pobres da população, a partir da precarização das condições de emprego e de transporte ou da valorização especulativa do solo urbano em regiões centrais (HUGHES, 2004).

De acordo com o *World Cities Report* (2016), em 1990, 689 milhões de pessoas viviam em favelas em todo o mundo. Em 2000, eram 791 milhões e, em 2014, estimava-se que 881 milhões de pessoas estavam nessa situação, o que representa aproximadamente 30% da população urbana dos países em desenvolvimento. Isso significa que as acentuadas diferenças socioeconômicas refletem-se em conformações que possuem diferentes denominações, como: *slums, tent cities, shanty towns, bidonvilles, baraccopoli, invasiones, colonias, barrios populares, barriadas, villas miseria*, favelas etc. São espaços desiguais em relação aos segmentos formais da cidade, com forte incompletude das políticas e ações do Estado, principalmente, no que concerne à infraestrutura, aos padrões edilícios e normativos, à vulnerabilidade ambiental, à ameaça aos

direitos humanos (SOUZA E SILVA et al., 2009). A segregação social, evidentemente, cria tensões entre partes formais e trechos marginalizados, sujeitos à discriminação e ao conflito socioeconômico, além de favorecer o poder paralelo, a inércia social e a desesperança.

III. ECÓTONOS POR BRUSCAS TRANSFORMAÇÕES URBANAS COM CONSEQUÊNCIAS SOCIOECONÔMICAS

Possivelmente, ainda por inflexível herança modernista, há persistente dificuldade em se lidar com traços do passado, no trato da arquitetura e do urbanismo. Ações de compatibilidade social e ambiental duvidosa estabelecem-se de forma descuidada. Tecidos urbanos são esgarçados. Sob nomenclaturas como “revitalização urbana”, “restauração urbana”, “regeneração urbana”, dentre outras expressões vistosas, em geral, as ações parecem não alcançar suas promessas: “no processo de implementação, a renovação urbana frequentemente ignora seus objetivos fundamentais e até mesmo traz problemas como a exclusão social, o enfraquecimento da identidade social e a busca excessiva por lucro” (YE, 2019).

Barbosa (2011, p.126-127), em severa crítica às “remodações urbanísticas globais”, afirma:

Há poucas surpresas na atual ressonância das concepções que definem a cidade como um mosaico de fragmentos e seu cortejo de intervenções urbanas seletivas, orientadas para o resgate – pela requalificação dos lugares – “da memória cultural”, dos “laços de identidade”, a “singularidade histórica”, enfim, da “vida comunitária”, eles considerados indispensáveis para reconstituir a civilidade, a paz social, o progresso e, evidentemente, atrair bons negócios, tecnologia e empregos. Configuram-se como táticas difusas e descontínuas que radicalizam desigualdades socioeconômicas e revelam, em seu percurso de afirmação, o seu propósito nada oculto de promover o mercado global de estilos de vida, serviços e imagens.

As chamadas revitalizações urbanas, no contexto de planejamentos estratégicos, – em programas arquitetônicos e urbanísticos recorrentes, – em zonas portuárias, bairros antigos, espaços de cultura espetaculosos etc. continuam, inabalavelmente, presentes nas últimas três ou quatro décadas, no melhor estilo preconizado longinquamente por Baltimore ou Boston. A questão fundamental, na referência particular aos ecótonos urbanos, é que assentamentos antigos, singelos e populares, frequentemente fragilizam-se violentamente pela proximidade com iniciativas empresariais. Nos limites entre um universo e outro, modalidades de comércio e de serviço alteram-se, formas de transporte alinham-se com extratos sociais mais elevados ou turísticos, parâmetros urbanísticos ignoram pré-existências e provocam exacerbados processos de gentrificação. Arantes (2000, p.14), ironicamente, questiona:

Políticas (urbanas) de matriz identitária podem ser estrategicamente planejadas? Algo como calcular o espontâneo ou derivar a integridade ou autenticidade de uma escolha racional – para falar como os economistas do individualismo metodológico, – que implica ponderações do tipo custo/benefício, qualidade/preço etc.).

Enfim, como em muitas cidades litorâneas pelo mundo, novos padrões operacionais nas zonas portuárias propiciaram iniciativas de revitalização urbana do tipo *waterfront*. Na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, o Projeto Porto Maravilha objetivou criar uma nova centralidade urbana por meio da idealização de museus, aquário, hotéis, edifícios corporativos etc. Seu impacto criou uma área de atrito, um ecótono urbano, em relação à comunidade do Morro da Conceição, enraizada na malha urbana mais antiga da cidade. Os novos e vistosos usos na chamada “Orla Conde” são incompatíveis com o histórico casario baixo, as ruas estreitas e sinuosas, a predominância residencial e a atmosfera interiorana. Assim, prejudicam o cotidiano local e afugentam antigos inquilinos. Há um descuido com a história:

A relevância cultural do Morro da Conceição deve ser respeitada, sua ambiência preservada e sua população considerada. Vozes contumazes se voltam contra a transformação desta comunidade em um novo Pelourinho, Salvador, BA, em que a história foi desvirtuada (MIYAMOTO; ORIOLI, 2015).

Recentemente, a cidade do Rio de Janeiro sediou os Jogos Pan-Americanos (2007), a Copa do Mundo de Futebol (2014) e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos (2016). Houve severas críticas à forma de condução do processo, que teria privilegiado empresas e áreas da cidade com maior propensão à valorização imobiliária, em detrimento de segmentos menos favorecidos da população, sob o argumento do chamado legado Olímpico. Remoções de assentamentos precários, como no caso emblemático da Vila Autódromo, assim como de outros menos conhecidos, além de obras de mobilidade em áreas mais ricas da cidade, aconteceram no ritmo que os eventos esportivos exigiam – do tipo “arrasa quarteirão” – e a um custo social elevado, mas considerado desimportante (MENDONÇA; FAUSTINO, 2017). Em uma lógica capitalista agressiva, que desconsidera as disparidades econômicas e sociais de países em desenvolvimento, acirram-se conflitos, geram-se outras formas de ecótonos urbanos e perpetuam-se as indesejáveis condições da maior parte da população.

IV. ECÓTONOS POR DESTERRITORIALIZAÇÕES COM CONSEQUÊNCIAS NAS RETERRITORIALIZAÇÕES

Como visto, a questão dos refugiados, apesar de recorrente há mais de 2.500 anos, alcançou grau e escala que resultam em desterritorializações/reterritorializações crescentes. Há os que partem em fuga, por uma situação de conflito ou precariedade, e há os que chegam e passam a fazer parte de outra forma de exclusão e discriminação. São populações que vivem cenários de ecótonos, duplamente, em extremos opostos. Um universo de mais de 70 milhões de pessoas, segundo a UNHCR (2018, p.4).

As causas são muitas: diferenças socioculturais e diversidades étnicas que extrapolam a tolerância e manifestam-se por meio da violência, perseguições políticas e religiosas, conflitos armados, violação dos direitos humanos, falta de alimentos e remédios, escassez de serviços sociais etc. que atingem países da África, América Latina, Ásia e Oriente Médio, principalmente. Sassen (2016), em publicação sobre refugiados - *A massive loss of habitat: New drivers for*

migration –, na qual analisa de maneira particular novas migrações oriundas da: 1) América Central (Honduras, Salvador e Guatemala), 2) Myanmar e 3) Oriente Médio (Síria, Iraque e Afeganistão) e África (Eritreia e Somália) –, destaca que guerras, terras arrasadas e expulsões têm produzido “uma vasta perda de habitat para um número crescente de pessoas”:

Violência extrema é um dos fatores-chave que explicam estas migrações. Mas não é o único. Eu acrescento um segundo fator: trinta anos de política internacional de desenvolvimento deixou muita terra arrasada (por causa de mineração, confisco de terras, agricultura de grande escala) e expulsou comunidades inteiras de seus habitats. Movendo-se para as favelas das grandes cidades ou, para aqueles que podem arcar, migração tornou-se crescentemente uma opção derradeira (SASSEN, 2016).

Se, em suas terras originais, o tensionamento entre os povos já é brutalmente presente, o deslocamento para outras regiões ou mesmo países, em geral, não é uma opção simples. O confinamento em campos de refugiados na chegada é temporário. Em geral, nestes lugares, há desconforto, superlotação e vetores de doença. O destino seguinte são, predominantemente, as cidades. Surgem novas formas de opressão e medo, em ambientes de segregação, frequentemente, representados por guetos. Assim, outros embates se formam:

Diferentemente de um campo [de refugiados], cidades permitem que os refugiados vivam autonomamente e encontrem trabalho ou oportunidades econômicas. Mas há também perigo, riscos e desafios. Refugiados podem ser vulneráveis à exploração, prisão ou detenção, e podem ser forçados a disputar com os mais pobres trabalhadores locais pelos piores empregos (UNHCR, 2018, p.57).

Em Tel Aviv, por exemplo, 40 mil refugiados vindos da Eritreia e Sudão, desde 2005, com picos de migração entre 2009 e 2012, não possuem direitos, exceto a garantia de que não serão deportados. Possíveis empregadores de migrantes vindos destes países são desestimulados a contratá-los. No caso de fazê-lo, são forçados ao pagamento de taxas extras. Existe também uma forte indisposição da população local:

Nas cercanias do Sul de TelAviv, onde os refugiados em busca de asilo residem, incluindo Ha Tikva, Shapira e Neve Sha’anán, há áreas pobres com altas taxas de criminalidade. Nestas vizinhanças, historicamente, ocupada por comunidades de imigrantes pobres, certos moradores locais acusam estrangeiros vindos da Eritreia e Sudão de roubos, estupros e uso de drogas ilegais e, geralmente, demonstram atitudes negativas em relação aos chamados “penetras” (HAROUN; WALKER, 2019).

Em maior ou menor grau, a discriminação e a segregação sofridas pelos refugiados são recorrentes nos diferentes países que os recebem. A maior cidade da Tanzânia, Dar es Salaam, há anos recebe milhares de pessoas, vindas principalmente dos oito países que fazem fronteira com o seu território, em especial de Burundi, de Rwanda e da República Democrática do Congo. O país sempre exerceu uma tradição hospitaleira em relação aos refugiados, porém, em função das pressões urbanas, causadas pelo crescimento populacional vertiginoso e das limitações da infraestrutura (residência, transporte, água, saneamento etc.), os imigrantes vêm sendo compelidos a viver em situações degradantes e são explorados por aluguéis crescentes, em ambiente de discriminação:

Eles devem viver em áreas com condições ambientais ruins (...). Queixas frequentes incluem inundação e odor da poluição por estarem localizadas [em áreas] próximas de lixões. Alguns refugiados reportam experiências de discriminação, que acabam fazendo com que inquilinos sejam forçados a deixar as instalações (...) (O'LOGHLEN; BWAMI, 2018).

Situações como essas são comuns em muitas cidades ou regiões como Beirute (Líbano), Cairo (Egito), Cidade do Cabo (África do Sul), Delhi (Índia) e tantas outras pelo mundo. Os choques culturais e socioeconômicos se misturam com identidades e/ou inclinações étnicas, religiosas, sexuais, políticas etc. e reforçam opressões, choques, repulsas e medos. Criam-se guetos que impedem convivências e fragmentam as cidades e, por conseguinte, os sentimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho tem a pretensão de ser conclusivo em sua proposta de classificações de ecótonos. Como visto, a complexidade da expressão “território” é grande e, a despeito de alguns consensos, como, por exemplo: a expressão de poder, o lugar de produção social vinculado a aspectos políticos, culturais e/ou econômicos, os limites (territoriais) etc., deve-se reconhecer que há aspectos visíveis e invisíveis que impactam nas relações urbanas, em suas nuances materiais e imateriais. Por isso, nem sempre previsíveis ou facilmente identificáveis. Há muito, as cidades são entendidas como ecossistemas abertos, instáveis e dinâmicos. A proximidade de convivências exacerba as diferenças e resulta em tensionamentos, em diferentes contextos socioculturais e biofísicos.

A proposição de algumas classificações típicas em relação aos ecótonos urbanos é apenas uma iniciativa original de apresentar situações e dar nomes a determinadas relações em conflito. Objetiva modestamente sistematizar o conhecimento científico, de forma a torná-lo rigoroso e didático.

Há três décadas, Guattari, em seu livro “As Três Ecologias”, alertava que “os equilíbrios naturais dependerão das intervenções humanas”. Além disso, ao utilizar a expressão “mecanosfera”, fazia referência a um contexto de tecnologia ou de máquinas, – tensamente referenciadas como “máquinas de guerra”, – mas também às engrenagens de um sistema que envolvem (diversas) questões: ambientais, sociais, culturais, políticas, psicológicas etc. Hoje, as desigualdades e tensões do mundo contemporâneo demandam novas interpretações para campos disciplinares diretamente relacionados com identidade, segurança, poder e liberdade social e individual: “uma economia de lucro e por relações de poder só pode, no momento, levar a dramáticos impasses” (GUATTARI, 1990, p.9). É fundamental destacar a preocupante indiferença com os rumos do meio ambiente e os vergonhosos desníveis socioeconômicos que têm vulnerabilizado bilhões de pessoas em todo o mundo. A pandemia COVID-19, no Brasil, tornou evidente os milhões de “invisíveis” aos olhos oficiais. Demonstrou que o acesso digital para atividades profissionais e acadêmicas remotas é privilégio para relativamente poucos, assim como o alcance aos serviços fundamentais, como os médicos, ou cotidianos, como o de entregas a domicílio (*delivery*), por exemplo. Muitos segmentos sociais, normalmente já pressionados ou ameaçados, sofreram ainda mais durante a crise: idosos, pessoas com deficiência, povos indígenas, comunidades LGBT,

negros, desempregados, crianças etc. A xenofobia alcançou proporções planetárias. Situações de tensionamentos, em um mundo globalizado e fortemente ancorado e manipulado por redes, tornam-se mais frequentes, abrangentes e diversificadas, demandando novas estratégias: “Essa revolução deverá concernir, portanto, não só às relações de forças visíveis em grande escala mas também aos domínios moleculares de sensibilidade, de inteligência e de desejo” (Ibid., p.9).

Certamente, muitas outras classificações de ecótonos poderão (e deverão) surgir pelas próprias dinâmicas ecossistêmicas associadas às cidades, mas, sobretudo, há que se atentar para a intolerância, o preconceito e a injustiça social que têm impregnado o planeta e resultado em conflitos de cunho predominantemente urbano, materializados em ecótonos urbanos.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- BARBOSA, Jorge Luiz. *O ordenamento territorial urbano na era da acumulação globalizada*. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha. *Território, territórios*. Ensaios sobre o ordenamento territorial. 3.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011, p.125-144.
- BETTENCOURT, Luís. *The complexity of cities and the problem of urban design*. In: MEHAFFY, Michael. *A city is not a tree: 50th Anniversary Edition*, cap. 3, Sustasis Press, 2016, p.47-61. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/311425838_The_Complexity_of_Cities_and_the_Problem_of_Urban_Design. Acesso em: 02 out. 2019.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. 2.ed. São Paulo: Edusp, 2003.
- CIESIN - Center for International Earth Science Information Network. *GRUMP - Global Rural Urban Mapping Project, 2005*. Disponível em: <https://www.earth.columbia.edu/news/2005/story03-07-05.html>. Acesso em: 03 out. 2019.
- CLEMENTS, Frederick Eduard; SHELFORD, Victor. *Bio-Ecology*. New York: John Wileyand Sons, 1939.
- FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA. RELATÓRIO ANUAL 2018, 2018. Disponível em: https://www.sosma.org.br/wp-content/uploads/2019/11/RA_SOSMA_2018_DIGITAL.pdf. Acesso em: 06 de setembro de 2020.
- GARLAND, Allison; MASSOUMI, Meigan; RUBLE, Blair. (Ed.). *Global urban poverty: Setting the agenda*. Washington, D.C: Woodrow Wilson Internacionall Center for Scholars, 2007.
- GREGOTTI, Vittorio. *Território da arquitetura*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.
- GUATTARI, Félix. *As três ecologias*. 11ª. ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 1990.
- HANSON, Susan. et al. *A global ranking of port cities with high exposure to climate extremes*. *Climatic Change*, v.104, n.1, 2011, p.89-111. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10584-010-9977-4>. Acesso em: 02 out. 2019.
- HEIDEGGER, Martin. *Building, Dwelling, Thinking*. In: *Poetry, Language, Thought*. tradução para o inglês de Hofstadter, Albert. New York: Harper Colophon Books, 1971.
- HUGHES, Pedro Javier Aguerre. *Segregação socioespacial e violência na cidade de São Paulo: referências para formulação de políticas públicas*. *São Paulo em Perspectiva*, v.18, n.4, 2004, p.93-102.
- INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE); FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA. *Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica – Período 2018-2019*. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.sosma.org.br/sobre/relatorios-e-balancos/>. Acesso em: 07 de setembro de 2020.
- KARK, Salit. (Ed.). *Ecotones and ecological gradients*. In: LEEMANS, R. (Org.). *Ecological*

- Systems: Selected Entries from the Encyclopedia of Sustainability Science and Technology*. New York, NY: Springer New York, 2013. p. 147-160. Disponível em: <https://link.springer.com/book/10.1007%2F978-1-4614-5755-8>. Acesso em: 02 out. 2019.
- LE CORBUSIER. *Urbanismo*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Ltda., [1925] 2000.
- LEFEBVRE, Henry. *O direito à cidade*. 4.ed. São Paulo: Centauro Editora, 2006.
- LOGAN, John et al. *Identifying and bounding ethnic neighborhoods*. *Urban Geography*, v.32, 2011, p.334-359. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/256613820_Identifying_and_Bounding_Ethnic_Neighborhoods. Acesso em: 28 out. 2019.
- LOURENÇO, Giselle et al. *Equal but different: Natural ecotones are dissimilar to anthropic edges*. *PLoS ONE*, v.14, n.3, 2019, p.1-18. Disponível em <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0213008>. Acesso em: 24 jul. 2019.
- MARFO, Theodore D. et al. *Ecotone dynamics and stability from soil scientific point of view*. *Diversity*, v.11, n.53, 2019. Disponível em: <https://www.mdpi.com/1424-2818/11/4/53>. Acesso em: 23 jul. 2019.
- MEYER, Regina M. P. *Segregação espacial*. In: BLAY, Eva A. (Org.). *A luta pelo espaço*. Petrópolis: Editora Vozes Ltda., 1979.
- MIYAMOTO, James; ORIOLI, André. *De cima, (não) se vê uma outra cidade*. IV Seminário Internacional - Academia de Escolas de Arquitetura e Urbanismo da Língua Portuguesa (AEAULP). Belo Horizonte: AEAULP, v.4, p.140-150, 2017.
- MORAES, Antonio C. R. *Geografia: pequena história crítica*. 21.ed. São Paulo: Annablume, 2007.
- NAÇÕES UNIDAS. *Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)*, 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 04 out. 2019.
- ODUM, Eugene; BARRETT, Gary. *Fundamentos da ecologia*. 5.ed. São Paulo: Editora Pioneira Thomson, [1959] 2007.
- O'LOGHLEN, Aislin; BWAMI, Nondo N. *Dar Es Salaam, Tanzania*. A case study of refugees in towns. Feinstein International Center, Tufts University. Disponível em: <https://static1.squarespace.com/static/599720dc59cc68c3683049bc/t/5d13f56a95e2d70001c0be95/1561589104901/RIT+Report+Dar+es+Salaam.pdf>. Acesso em: 31 out. 2019.
- RAFFESTIN, Claude. *Space, territory and territoriality*. In: *Environment and Planning D: Society and Space*, v.30, 2012, p.121-141.
- SAQUET, Marcos A. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: editora Expressão Popular, 2007.
- SANTOS, Jonatas M. dos; FAUSTINO, Raphael B.. *Megaeventos esportivos como restrição do direito à cidade: Jogos Olímpicos e a violação dos direitos humanos no Brasil*. XVII Enanpur, São Paulo, 2017. Disponível em: http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sesseoes_Tematicas/ST%203/ST%203.7/ST%203.7-03.pdf. Acesso em: 30 out. 2019.
- SANTOS, Milton. *O dinheiro e o território*. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha. *Território, territórios. Ensaios sobre o ordenamento territorial*, 3.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011, p.13-21.
- SASSEN, Saskia. *Territory, authority, rights. From medieval to global assemblages*. New Jersey: Princeton University Press, 2006.
- SASSEN, Saskia. *A massive loss of habitat: New drivers for migration*. *Sociology of Development*, Columbia University: v.2, n.2, 2016, p.204-233. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/304612390_A_Massive_Loss_of_Habitat_New_Drivers_for_Migration#targetText=The%20paper%20examines%20three%20emergent,can%20be%20described%20as%20extreme.&targetText=As%20is%20by%20now%20known,in%20their%20places%20of%20origins. Acesso em: 27 out. 2019. DOI: 10.1525/sod.2016.2.2.204
- SOMMER, Robert. *Espacio y comportamiento individual*. Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local, [1969] 1974.
- SOUZA, Marcelo L. *"Território" da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental*. In: SAQUET, Marcos A.; Sposito, Eliseu. *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008, p.57-72.

SOUZA E SILVA, Jailson. de et al. (Org.). *O que é favela, afinal?* Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009.

TRISCHLER, Helmut. *The Anthropocene. A challenge for the history of science, technology, and the environment*. Springer International Publishing, 2016, p.309-335. Disponível em: <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007%2Fs00048-016-0146-3.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2019. DOI 10.1007/s00048-016-0146-3.

UN-Habitat-United Nations Human Settlements Programme. *Urbanization and development: Emerging futures. World Cities Report 2016*. Disponível em: <http://wcr.unhabitat.org/main-report/>. Acesso em: 02 out. 2019.

UNHCR-United Nations High Commissioner for Refugees. *Global Trends. Forced displacement in 2018*, 2019. Disponível em: <https://www.unhcr.org/5d08d7ee7.pdf>. Acesso em: 25 out. 2019.

WRATTEN, Ellen. *Conceptualizing urban poverty*. Environment & Urbanization, v.7, n.1, 1995. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/095624789500700118>. Acesso em: 04 out. 2019.

YE, Zijun. *Review of the basic theory and evaluation methods of sustainable urban renewal*. IOP Conference series: Earth and environmental science, v.281, 2019. Disponível em: <https://iopscience.iop.org/article/10.1088/1755-1315/281/1/012017>. Acesso em: 12 out. 2019.

Nota do Editor

Data de submissão: 30/12/19

Aprovação: 24/09/2020

Revisão: RMO

James Shoiti Miyamoto

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU). Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (PROURB) Av. Pedro Calmon, 550, Cidade Universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - RJ, 21941-485.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4710-4339>

jamesmiya@terra.com.br